

ENTRE O BALCÃO E A POLÍTICA: OS LOJISTAS DE LISBOA E O REPUBLICANISMO (1870-1910)

Daniel Alves

| IHC-FCSH- Universidade Nova de Lisboa

165

1. Estudar os lojistas de Lisboa

A escassa investigação produzida sobre a pequena burguesia e o ignorar dos lojistas como objecto de estudo por parte da historiografia portuguesa resulta particularmente estranho se tivermos em conta o que alguns autores referem ter sido o papel destes, por exemplo, na conjuntura política e social do período final da Monarquia. Vasco Pulido Valente aponta a sua importância no seio da militância republicana e na luta pela implantação da República; no mesmo sentido vão Pedro Tavares de Almeida, Fernando Catroga ou Rui Ramos¹. Contudo, as referências são vagas e restringem-se à mera indicação, por um lado, de que os lojistas correspondiam a um grupo social onde os republicanos tinham garantida uma boa representação, nomeadamente, na cidade de Lisboa, e, por outro, da sua predisposição para pegar em armas no 5 de Outubro de 1910.

Apesar dos testemunhos sobre o que terá sido o envolvimento dos lojistas no movimento republicano, pouco se diz sobre o porquê, o como e o quando dessa ligação. Resta saber, ao certo, quem era esta gente do pequeno comércio que de uma forma «anormalmente numerosa» povoava a capital do Reino no final de Oitocentos? Que tendências políticas orientavam este grupo social que, por intermédio de «alguma manifestação hostil», fazia tremer os governos? Em que medida correspondiam efectivamente a um dos alicerces sociais do movimento republicano e o que os atraiu a esta «opção política de esquerda»?²

A resposta a estas questões pode justificar por si só a necessidade e o interesse de um estudo sobre os lojistas de Lisboa, mas um trabalho deste

■ *Este texto resume as principais ideias defendidas na tese de Doutoramento, A República atrás do balcão Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910), Lisboa, FCSH-UNL, 2010, realizada com uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.*

¹ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 38-60 e 112-114; Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pág. 176; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pág. 72; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pág. 117-118 e 121-122.

² Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, p. 48; Rui Ramos, *A Segunda Fundação...*, p. 122 e Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 67.

género pode igualmente servir para acrescentar algo de novo ao que já foi afirmado na historiografia internacional sobre a imagem de uma pequena burguesia economicamente ressentida e socialmente acossada que, ou por razões inerentes à sua própria consciencialização, ou influenciada por pressões políticas externas, caminhava, desde 1848, para uma posição conservadora no espectro político. A observação mais atenta sobre o caso lisboeta pode matizar a quase inevitabilidade histórica que resulta desse tipo de análise, apontando interrogações como a de saber onde e como enquadrar o caso português na tendência geral europeia? Ou como explicar que em Lisboa aquela caminhada tivesse sido, pelo menos até 1910, orientada para a esquerda? Um estudo sobre a pequena burguesia comercial da capital, por mais específico que possa parecer, poderá problematizar uma tão divulgada e quase unânime imagem, servindo para reforçar e dar destaque a alguns matizes que foram, nos últimos anos e em alguns estudos pontuais, sendo introduzidos nesta visão geral, como se verá, procurando afirmar que não existe uma visão única e inevitável sobre o que foi o percurso político da pequena burguesia e, mais especificamente, dos lojistas europeus, entre o último terço do século XIX e a I Guerra Mundial.

Entre as várias hipóteses de abordagem ao tema, no sentido de procurar explicar o peculiar percurso dos lojistas lisboetas no quadro europeu, a vertente política era, sem dúvida, uma das mais aliciantes. Os vários estudos produzidos em diversos países europeus apontam para uma progressiva viragem à «direita», definitivamente concretizada após a I Guerra Mundial, de um grupo social que até meados do século XIX orbitava militantemente nos partidos radicais de esquerda, tradutores e herdeiros dos ideais da Revolução Francesa. Se assim acontecia por toda a Europa Ocidental, como explicar que, em 1910, o presidente da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa desse uma entrevista a um jornal republicano radical declarando que o seu caminho político se identificava com o partido «avançado» da época que estava prestes a colocar em marcha a revolução que terminaria com oito séculos de Monarquia?³ Ou como compreender que entre a base social de apoio desse mesmo partido fosse possível encontrar o mesmo tipo de homens que, um pouco por toda a Europa, eram recebidos de braços abertos pelos partidos conservadores, da ordem?

Responder a estas questões foi um dos principais desafios deste texto. Outro foi tentar perceber em que momento estes homens que faziam do trabalho o seu principal capital iniciaram a sua deriva para fora da ordem monárquica e começaram a evoluir politicamente em contra-ciclo com o que

3 *O Mundo*, n.º 3527, 25 de Agosto de 1910 e n.º 3528, 26 de Agosto de 1910.

se passava no restante espaço europeu, fazendo de Lisboa, provavelmente, um caso *sui generis* na evolução geral do alinhamento político da pequena burguesia comercial antes de 1914.

2. Perspectiva historiográfica sobre a pequena burguesia

A historiografia sobre a pequena burguesia tem destacado a perspectiva política como uma das vertentes para o seu estudo, referindo que a sua identidade como grupo foi definitivamente construída no final do século XIX tanto por momentos de crise política, como pelo discurso e acção das suas associações. Nesta perspectiva compreende-se melhor que os estudos sobre estes indivíduos, onde se incluíam os pequenos comerciantes ou lojistas, tenham privilegiado os anos que vão de 1880 a 1914, altura de crise económica e financeira e forte luta política em alguns estados europeus, representando também uma época de criação de um grande número de associações profissionais ligadas à pequena burguesia⁴.

Apesar de serem várias e nem sempre coincidentes as definições de pequena burguesia e dos grupos sociais ou ocupacionais que dela faziam parte, existentes na historiografia desde a década de 1970, os lojistas estão sempre presentes e correspondem-lhes uma das características mais comumente reconhecidas, nomeadamente, a ligação que uma parte da pequena burguesia fazia entre trabalho próprio e capital próprio ou o «facto de (...) combinarem a detenção de capital com o envolvimento no trabalho»⁵.

Nesta perspectiva, os lojistas serão aqui entendidos como os donos de estabelecimentos comerciais fixos de venda a retalho, nos quais o proprietário participava no atendimento ao público. É uma definição dada pelas características mais evidentes da sua actividade profissional e também conceptualizada pelos próprios na comparação que estabeleciam com outros indivíduos ligados ao pequeno comércio que não possuíam loja, como os vendedores ambulantes ou os caixeiros-viajantes. Esta definição pela negativa era, aliás, óbvia para os lojistas de Lisboa, em cuja associação nunca entraram vendedores ambulantes. Seja qual for a delimitação do conceito, os lojistas não deixam de fazer, inequivocamente, parte da pequena burguesia, sendo eles mesmos, em Portugal e no final do século XIX, a afirmarem-se como tal, referindo que aquele grupo social englobava o «pequeno comércio, (...)

⁴ Geoffrey Crossick, «Metaphors of the middle: the discovery of the petite bourgeoisie 1880-1914», *Transactions of the Royal Historical Society*, 6.ª série, vol. 4, 1994, pp. 251-252, 263-264 e 277.

⁵ Arno Mayer, «The Lower Middle Class as a Historical Problem», *Journal of Modern History*, vol. 47, n.º 3, 1975, p. 433 e Heinz-Gerhard Haupt, «The Petty Bourgeoisie in Germany and France in the Late 19th Century», in Jürge Kocka e Allan Mitchell (eds.), *Bourgeois Society in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Berg, 1993, p. 302.

[a] pequena indústria e (...) [o] pequeno funcionalismo», todos claramente separados da classe operária⁶.

Mas será que falamos de classe quando falamos de lojistas? A visão de classe que tradicionalmente é associada a uma historiografia de tendência marxista dificilmente poderá ser aplicada a estes indivíduos. Na perspectiva estruturante da sociedade marxista, pela qual toda a arrumação social está dependente das relações de produção, os lojistas não pertenceriam a nenhuma classe, pois não eram exclusivamente trabalhadores, nem somente capitalistas, o que supostamente teria como resultado uma ausência de consciência de classe, com a consequente falta de perspectiva política, que levaria, em última análise, ao seu desaparecimento, quer através do aburguesamento ou da proletarização⁷.

Contudo, contrariando esta visão redutora e determinista, vão ser essas mesmas características, a acumulação de capital, a posse de algum tipo de propriedade e a inclusão do seu próprio trabalho, a estar na base da sua identificação como classe e da tomada de consciência do seu peculiar posicionamento social, entre os que produzem e os que consomem. A noção de intermediários, levando aos últimos os «produtos obtidos da natureza ou da arte», bem como a importância social dessa posição atravessa tanto o discurso sobre os lojistas como o que foi produzido por eles. Algo que acontecia em Portugal ou na Alemanha de final do século XIX, por exemplo, onde esta mesma visão se começava a impor⁸.

A historiografia europeia praticamente ignorou a pequena burguesia e, por arrasto, os lojistas como objecto de estudo, até ao terceiro quartel do século XX, a que não foi indiferente a perspectiva marxista de classe destacada acima. Os estudos até então elaborados eram dedicados à explicação do desenvolvimento do nacional-socialismo na Alemanha e à descrição do papel da pequena burguesia no fenómeno. Os que se afastavam desta temática, faziam-no não com a preocupação de destacar as características próprias da pequena burguesia e mais na tentativa de determinar o que

6 Cf. *O Lojista*, n.º 15, 2 de Janeiro de 1892; n.º 28, 17 de Abril de 1892 e n.º 60, 8 de Junho de 1893. O jornal *O Lojista* foi fundado em 1891, no auge da crise financeira que abalou Portugal no início da década de 90, e manteve-se semanalmente em circulação até finais de 1893.

7 Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914. Enterprise, Family and Independence*, London, Routledge, 1995, p. 2.

8 A citação foi tirada de outro periódico que se dedicou à causa dos lojistas, mas os próprios, através da sua associação representativa, valorizavam de forma semelhante a sua actividade e, através dela, a sua posição social. Cf. *Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, n.º 9, 13 de Janeiro de 1864 e Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL), *Desagravo do commercio de Lisboa...*, Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, 1892, p. 7. Para a Alemanha veja-se David Blackburn, «The Mittelstand in German Society and Politics, 1871-1914», *Social History*, Vol. 2, n.º 4, 1977, p. 415.

tinha acontecido a um estrato social que estava destinado a afundar-se no proletariado ou a sucumbir perante o modo de vida burguês⁹.

A partir dessa altura, porém, o panorama alterou-se, com o estudo da pequena burguesia a conhecer um desenvolvimento assinalável, em termos dos grupos sociais e ocupacionais analisados ou das temáticas abordadas¹⁰. Este interesse renovado levaria mesmo à edição de dois números temáticos da revista *Le Mouvement Social*, em 1979 e 1981, com o título *L'atelier et la boutique e Petite entreprise et politique*, ambos sob a direcção de Heinz-Gerhard Haupt e Philippe Vigier.

Até meados da década de 80 foram feitas mais algumas incursões ao estudo da pequena burguesia e dos lojistas, já sem a preocupação exclusiva de a descrever como a base social de apoio dos regimes totalitários europeus e sim na tentativa de compreender e explicar a sua evolução no período anterior. Surgiram então algumas *nuances* à interpretação que afirmava como inevitável a caminhada da pequena burguesia para o fascismo¹¹. Em 1984 os trabalhos reunidos por Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt no volume *Shopkeepers and master artisans in nineteenth-century Europe* foram decisivos no alargamento destas perspectivas de análise, influenciando o desenvolvimento de estudos semelhantes um pouco por toda a Europa¹².

No campo temático, o enfoque passou para o estudo do fenómeno associativo, de que são exemplo os trabalhos de Philip Nord, sobre os lojistas parisienses, e de Serge Jaumain, sobre os pequenos comerciantes

9 Arno Mayer, «The Lower Middle Class...», pp. 409-410 e Geoffrey Crossick, «The emergence of the lower middle class in Britain: a discussion», in Geoffrey Crossick (ed.), *The lower middle class in Britain, 1870-1914*, London, Croom Helm, 1977, p. 11. Sobre a tendência para estudar a pequena burguesia como base social do fascismo veja-se, por exemplo, Robert Gellately, *The politics of economic despair. Shopkeepers and German politics, 1890-1914*, London, Sage Publications, 1974 e Heinrich August Winkler, «From Social Protectionism to National Socialism: The German Small-Business Movement in Comparative Perspective», *Journal of Modern History*, vol. 48, n.º 1, 1976, pp. 1-18.

10 O conjunto de estudos editados por Geoffrey Crossick, sobre a *lower middle-class* britânica, e o trabalho de David Blackburn, sobre a *mittelstand* alemã, já citados, foram sem dúvida pontos de partida. Igualmente relevante foi o facto de na Bélgica, na mesma década, ter sido criado um grupo de estudos sobre a pequena burguesia dos séculos XIX e XX, que congregou investigadores de vários países e se manteve activo entre 1978 e 1990. Cf. Serge Jaumain, *Les petits commerçants belges face à la modernité. (1880-1914)*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1995, p. 11.

11 Cf. Jeanne Gaillard, «La petite entreprise entre la droite et la gauche», in Georges Lavau e Nonna Mayer (dir.), *L'univers politique des classes moyennes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983, pp. 47-70.

12 Para o caso da pequena burguesia espanhola é de realçar o trabalho de Xoxé M. Núñez Seixas, «Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)», *Historia Social*, n.º 26, 1996, pp. 19-45. No que diz respeito à Suécia, destacam-se os trabalhos de Tom Ericsson no âmbito das relações de classe e na análise sobre a mobilidade social. Ver «Kinship and Sociability: Urban Shopkeepers in Nineteenth-Century Sweden», *Journal of Family History*, 14 (3), 1989, pp. 229-239 e «Social mobility and the urban *petite bourgeoisie*: Sweden in a European perspective», in Andrew Miles e David Vincent (eds.), *Building European Society. Occupational Change and Social Mobility in Europe 1840-1940*, Manchester, Manchester University Press, 1993, pp. 165-195. Para a Itália, o estudo de Jonathan Morris sobre os lojistas de Milão (*The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, CUP, 1993) pode ser considerado uma referência.

belgas¹³. A crescente produção historiográfica parece ter sido influenciada pela reedição da colaboração entre Crossick e Haupt, em 1995¹⁴. Nota-se, a partir de então, uma maior diversidade de temáticas, com o estudo da estrutura social interna dos lojistas e das relações de trabalho na loja, bem como do papel da família e, em particular, das mulheres no mundo dos pequenos negócios¹⁵.

Por comparação com o panorama europeu, em Portugal a produção historiográfica sobre a pequena burguesia é ainda deficitária, o que não será talvez de estranhar se tivermos em conta um tardio desenvolvimento da História Social entre nós. Esse atraso relativo levou a que se privilegiassem áreas e objectos de estudo mais acessíveis, como foi o caso das investigações sobre as elites sociais, aliás, como acontecia um pouco por toda a Europa no início dos anos 70¹⁶. O panorama dos últimos anos não tem sofrido alterações significativas, sendo a biografia de figuras públicas o campo de exploração mais recente¹⁷.

A facilidade de acesso às fontes que com maior abundância se produziram sobre estas elites, por si só, não explica a profusão de estudos sobre as elites, a qual deriva também de um maior interesse, actualmente, pela História Política da época contemporânea¹⁸. Em consequência, invariavelmente, os grupos sociais que no século XIX não se incluíam na elite social, económica ou política foram sendo votados ao esquecimento, tendo-se produzido pouco sobre a pequena burguesia e quase nada sobre o mundo do comércio de retalho.

Das poucas referências que se podem elencar, veja-se o estudo de José Capela sobre a burguesia mercantil do Porto, ou, mais recentemente, o de Gaspar Martins Pereira sobre as famílias portuenses. Ainda no Porto, são de destacar os trabalhos de Maria Antonieta Cruz sobre a burguesia e a cultura

13 Philip G. Nord, *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, Princeton, Princeton University Press, 1986 e Serge Jaumain, *Les petits commerçants belges...*

14 Geoffrey Crossick e Heinz-Gerhard Haupt, *The Petite Bourgeoisie in Europe...*

15 Os estudos de Hosgood sobre o pequeno comércio inglês merecem neste aspecto alguma atenção. C. P. Hosgood, «Mercantile monasteries: Shops, shop assistants and shop life in late-Victorian and Edwardian Britain», *Journal Of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 322-352. Veja-se ainda Peter Bailey, «White Collars, Gray Lives? The Lower Middle Class Revisited», *Journal of British Studies*, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp. 273-290 ou Eleanor Gordon e Gwyneth Nair, «The economic role of middle-class women in Victorian Glasgow», *Women's History Review*, vol. 9, n.º 4, 2000, pp. 791-814.

16 Apenas a título de exemplo veja-se Hélder A. Fonseca, *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996 e Paulo Jorge Fernandes, *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

17 Veja-se Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999; Vasco Pulido Valente, *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*, Lisboa, Gótica, 2001; José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama: biografia*, Lisboa, Assembleia da República, 2004 ou Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH, 2007.

18 Maria de Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 7-129.

burguesa no século XIX¹⁹. Para Lisboa pode referir-se o estudo de Cecília Barreira sobre a burguesia no feminino, dedicado à mulher burguesa de classe média/alta²⁰. Com uma perspectiva mais abrangente podem ser mencionados os estudos de Maria de Lourdes Lima dos Santos, Miriam Halpern Pereira ou Maria Alexandre Lousada, nem sempre para a época que interessa a este trabalho²¹. Destaque, por fim, para os trabalhos de Maria Manuela Rocha sobre as actividades de crédito privado e o consumo em Lisboa e para o estudo de Luís Manuel Santos sobre a relação entre associativismo, economia e política no seio da Associação Comercial de Lisboa²².

3. Crise, interesses de classe e política: o republicanismo dos lojistas

A análise da evolução política dos lojistas de Lisboa será balizada por dois acontecimentos marcantes, um para a própria vivência social e cívica dos pequenos comerciantes, a fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) em 1870; outro para a história contemporânea portuguesa, pela profunda transformação institucional a que deu origem, a revolução republicana de 1910. Procurando traçar esse percurso será destacado um conjunto de respostas possíveis para se conhecer melhor um dos grupos sociais actores desse processo de mudança, se perceber o que os fez aderir ao ideário republicano e, mais tarde, revolucionário, e, por fim, se assinalar quando é que essa identificação ultrapassou aquilo que se poderia classificar como o ponto de não retorno. Tendo isso em conta e apesar das datas limite apontadas, será privilegiada a análise sobre a década de 1890, importante, como se verá, pela crise económica e política que a caracterizou. Em simultâneo, vai-se procurar estabelecer a noção de que não existe uma resposta única e isolada para se compreender a razão de os lojistas terem começado a aderir em massa ao republicanismo algures a meio daquele arco

19 José Capela, *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*, Porto, Afrontamento, 1975 e Gaspar Martins Pereira, *Famílias Portuenses na Viragem do século (1880-1910)*, Porto, Edições Afrontamento, 1995. Entre os vários trabalhos de Maria Antonieta Cruz veja-se, por exemplo, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999 e «Aspectos da cultura burguesa oitocentista», *Revista de História das Ideias*, 1999, pp. 257-288.

20 Cecília Barreira, *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa, 1890-1930*, Lisboa, Colibri, 1992.

21 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Presença, 1983; Miriam Halpern Pereira, *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições: estudo e documentos*, Lisboa, Sá da Costa, 1992 e Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*, Lisboa, 1995.

22 Maria Manuela Rocha, *Crédito Privado Num Contexto Urbano. Lisboa, 1770-1830*, Instituto Universitário Europeu, Florença, 1996; «Shopping in the city: a contribution to the history of retailing in Lisbon (1760-1830)», in Natacha Coquery (coord.), *La Boutique et la Ville*, Université François Rabelais, Tours, 2000, pp. 131-145 e «Economia moral e comércio retalhista: A intervenção pública no abastecimento de carne em Lisboa (1850 - 1900)», *XX Encontro da APHES*, Porto, 2000; Luís Manuel Lima de Aguiar Santos, *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*, Lisboa, Colibri, 2004.

temporal. Efectivamente, será aqui defendido que a chave para se perceber esse caminho divergente em relação aos lojistas de outros países assenta em três perspectivas, distintas entre si, é certo, mas complementares como factores explicativos: na evolução económica, na dinâmica reivindicativa da ACLL e, por fim, na própria conjuntura política.

3.1. *A crise finissecular e o pequeno comércio*

O número de lojistas em Lisboa cresceu entre a década de 1870 e 1910. Contudo, essa evolução geral foi mais acentuada entre 1878 e 1890 do que nos momentos seguintes, sendo que na última década do século XIX o número total terá mesmo diminuído, primeiro sinal de uma crise que foi fundamental na evolução do alinhamento político destes homens face aos partidos e à própria Monarquia (gráfico 1).

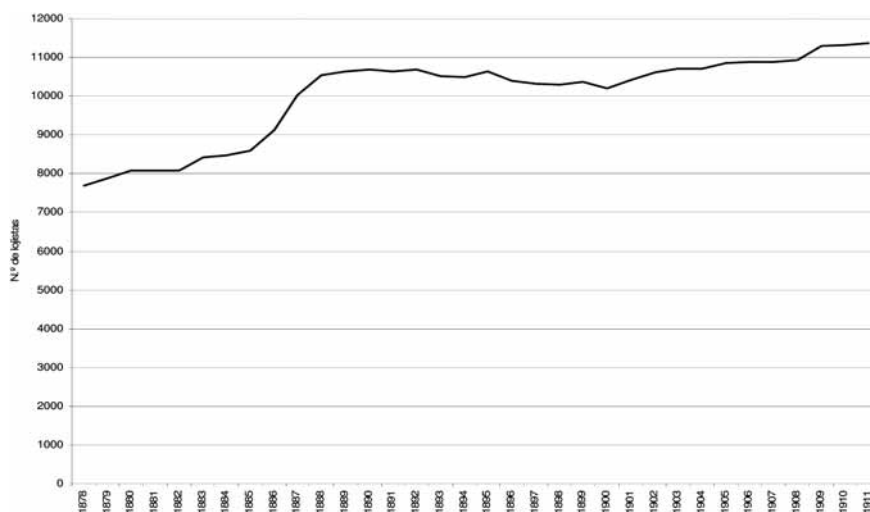


Gráfico 1 – Lojistas no concelho de Lisboa: 1878-1911²³

Porém, os sinais desta crise não foram gerais, não se manifestaram da mesma forma por toda a cidade e entre todos os tipos de lojistas. Em relação ao primeiro aspecto, em parte relacionado com a própria evolução

²³ AML, *Licenças para Estabelecimentos de Comércio e Indústria, 1878-1911*. A leitura simples do gráfico pode levar a alguns equívocos. É necessário referir que 1878-1885 e 1888-1911 correspondem a realidades distintas pois, apesar de se falar sempre do concelho de Lisboa, este era bastante diferente nos dois períodos em causa, abrangendo 34 freguesias no primeiro período e 44/42 no segundo. Um outro aspecto é que a alteração do regime de licenças levada a cabo em Dezembro de 1886 veio colocar sob a alçada da fiscalização um maior número de pequenos negócios. Os dois factores explicam o salto dado pelo número de lojistas entre 1885 e 1888.

populacional e urbanística da cidade, em parte devido ao que parece ter sido um aumento das rendas das lojas na zona central ou tradicionalmente mais comercial da capital, estava a verificar-se, pelo menos desde meados da década de 1880, uma redistribuição geográfica dos lojistas pelos vários bairros, com a Baixa e algumas freguesias próximas a verem diminuir o número de estabelecimentos comerciais (mapa 1). Aquilo que poderia ser um processo natural, semelhante aliás ao que se passava noutras cidades europeias, ou seja, o facto dos lojistas se deslocarem na mesma direcção em que se estava a deslocar a sua clientela, era acompanhado por duas tendências ou pressões externas que muito contribuíram para avolumar um sentimento de crise entre o pequeno comércio.

Por um lado, desde finais da década de 1880 que se acumulavam sinais de acrescida insegurança na vida comercial, derivados do aumento das rendas das lojas e da percepção de que a questão do inquilinato comercial dificilmente seria alvo de uma solução satisfatória por parte da elite política e económica da monarquia. Em 1888, por exemplo, o segundo número do *Boletim da Associação* iniciava um conjunto de artigos sobre o assunto com um título sugestivo, «O exagero das rendas das lojas é uma extorsão condenável», alertando para a prática de «proprietários avarentos e cobiçosos» que se aproveitavam da propriedade «criada à custa de muito trabalho, permanente cuidado e, às vezes, muitas privações.»²⁴ Por outro lado, o início da década de 1890 trouxe consigo outro tipo de instabilidade, financeira e económica, coincidente com a crise política, introduzindo na vida atrás do balcão um novo grau de incerteza quanto ao futuro e de desconfiança em relação às soluções implementadas pelos políticos para as agruras do momento.

²⁴ ACLL, *Boletim*, n.º 2, Fevereiro de 1888, pp. 1-2, continuado no n.º 4, Abril de 1888, pp. 7-8 e concluído no n.º 12, Dezembro de 1888, p. 1-2.



Mapa 1 – Estabelecimentos entre 1887 e 1893 (%)²⁵

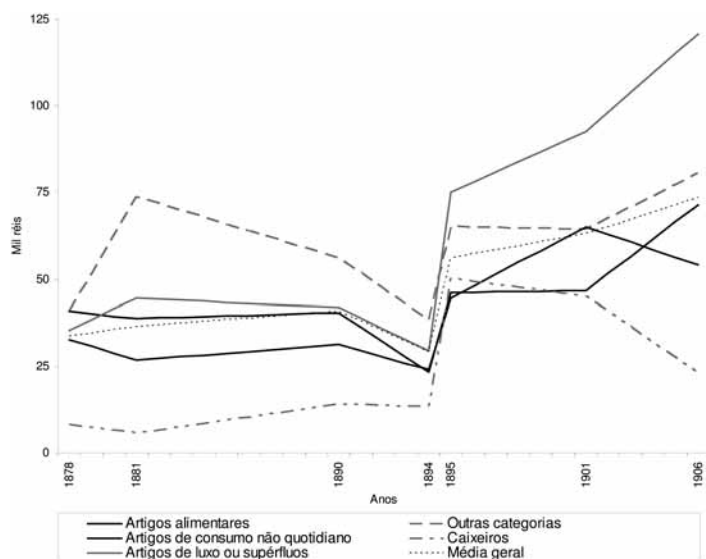


Gráfico 2 – Média das contribuições dos lojistas em 14 freguesias de Lisboa²⁶

²⁵ CML, *Inspecção ao Serviço do Imposto de Licença para Estabelecimentos em 1887 e 1893*, 1.ª série, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista Torres, 1895.

²⁶ Conceição Nova, Encarnação, Lapa, Madalena, Mercês, N. S.ª do Socorro, S Catarina, S Isabel, S Julião, S Justa, S Nicolau, S Paulo, S Pedro em Alcântara e Santos-o-Velho. Arquivo Histórico Parlamentar, *Assembleias Eleitorais Monárquicas*, cxs. 1221, 1222, 1223, 1224, 1426, 1427, 1428, 1429A, 1734B, 1734C, 1734D, 1734E, 1734F, 1890A, 1890D, 1890F, 1890G, 1932, 1932B, 1932E, 1932F, 1932H, 2073, 2073A, 2074B, 2159A, 2159D e 2160. Sobre a metodologia de elaboração do gráfico e da escolha das freguesias estudadas veja-se a tese de doutoramento do autor.

Estas dinâmicas, apesar de terem contribuído para o que parece ser uma queda generalizada do nível de rendimentos dos lojistas em meados da década de 1890, estavam a afectar com maior significado os ramos de negócios ligados à venda de produtos alimentares, com particular destaque, pela sua elevada percentagem no conjunto do total de lojas existentes em Lisboa, para as mercearias (gráfico 2). Apesar de alguma heterogeneidade entre a classe dos lojistas, pela diversidade de negócios e de níveis de rendimentos²⁷, quase todos foram afectados por três factores que, se isoladamente talvez não tivessem actuado como potenciadores dessa crise, quando conjugados revelaram-se determinantes, por um lado na construção de uma identidade comum e, por outro, no reforço de uma tendência para o radicalismo político que vinha já das décadas anteriores.

Efectivamente, à questão já referida das rendas das lojas, juntou-se a crise económica, visível na quebra dos rendimentos, no aumento das falências e na diminuição do número geral de lojistas, bem como o aumento da pressão fiscal exercida por um Estado afectado por constantes aflições financeiras²⁸. Assim, à medida que o lojista via tornar mais difíceis as condições para abrir e manter o seu estabelecimento e via a clientela mudar para outras zonas da cidade ou diminuir o seu consumo, começava a germinar a ideia de que do Estado não viria a ajuda necessária para ultrapassar as dificuldades e sim uma crescente exigência fiscal, essa fiel inimiga da pequena burguesia comercial. Na imprensa que os defendia era propalada a ideia de que o Estado, os governos nada faziam em favor da classe, apenas se lembravam dos homens do comércio «para lhes aumentar as contribuições e pedir votos»²⁹.

Mesmo assim, é bem provável que tudo não passasse de mais um momento de radicalização do discurso não fosse o caso de coincidir com uma dinâmica associativa muito forte e com um momento privilegiado de propaganda republicana, como se analisará a seguir. Contudo, a presença dos factores associativos e políticos, destacados pela historiografia sobre a pequena burguesia como determinantes na moldagem do seu discurso e das suas fidelidades, era contrabalançado, em Lisboa, pela ausência de outros tantos factores que pela Europa fora estavam a enquadrar o ressentimento e a insegurança destes grupos sociais e a levá-los para posições políticas mais conservadoras.

27 Sobre estes aspectos, para além da tese de doutoramento já referida, veja-se Daniel Alves, «Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas», in Álvaro Costa de Matos e Ana Homem de Melo (coord.), *Lisboa e a República. Actas do colóquio nacional*, Lisboa, CML, 2010, pp. 183-205.

28 Nuno Valério (coord.), Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Maria Eugénia Mata, *Os impostos no Parlamento português. Sistemas fiscais e doutrinas fiscais nos séculos XIX e XX*, Lisboa, D. Quixote, 2006, p. 79.

29 *O Lojista*, n.º 30, 30 de Abril de 1892. Um dos maiores factores de mobilização política e de reforço do radicalismo no pequeno comércio era o chamado «ódio ao imposto». Cf. Michael J. Winstanley, *The shopkeeper's world 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press, 1983, p. 25.

Efectivamente, na capital portuguesa, tanto a questão da concorrência comercial, expressa além-fronteiras no aparecimento e forte desenvolvimento dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo, como a problemática do socialismo, com implicações nas relações laborais e nas dinâmicas eleitorais e políticas, estavam longe de representarem a escapatória, quase natural, a que se agarravam os indivíduos do pequeno comércio ou para as quais eram impulsionados pela intervenção dos partidos políticos de direita noutros países³⁰. Muito pelo contrário, em Lisboa, nem o tardio e pouco significativo crescimento daqueles factores concorrenciais tinha força suficiente para se apresentar aos lojistas ou ser usado por terceiros como justificativo, real ou imaginário, da crise porque aqueles passavam; nem o débil desenvolvimento do socialismo representava uma ameaça realmente séria para os equilíbrios sociais e políticos da monarquia, não justificando qualquer operação de charme em direcção à pequena burguesia por parte das elites, ou um perigo efectivo para o relativo dinamismo político e cívico dos lojistas de Lisboa.

A conjugação destes factores é essencial para perceber os diferentes caminhos de alinhamento político, com os lojistas da restante Europa a tenderem para o conservadorismo e os de Lisboa a reforçarem a sua ligação a um ideário radical de esquerda. São importantes também para perceber a relação entre lojistas e republicanismo, na medida em que a ausência de pressão económica vinda de cima e de pressão social vinda de baixo possibilitou, quer por intermédio da propaganda dos republicanos, quer devido a acções mais ou menos involuntárias dos partidos monárquicos, demonstrando pouca atenção ou dando pouca relevância às aspirações e reivindicações dos lojistas, que o ressentimento pela crise e o radicalismo das palavras se desviassem do campo puramente económico ou social para uma vertente política.

Deste modo, foi sendo construída entre os lojistas uma peculiar imagem de crise que via na instabilidade governativa, nos políticos monárquicos, no parlamentarismo e, em última análise, na própria Monarquia, as causas primeiras para as frustrações económicas e sociais de uma classe que começava, fruto do associativismo, da construção de um discurso próprio e da participação política a desejar ter um papel mais activo e reconhecido no seio da sociedade. Estes aspectos começaram a ser muito visíveis no discurso dos lojistas no início da década de 1890. A título de exemplo, na assembleia-geral da ACLL de 1 de Agosto de 1890, no auge da contestação contra o

30 Philip Nord, *Paris shopkeepers...*, pp. 60-82 e 99; Jonathan Morris, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan...*, p. 154. Veja-se ainda Geoffrey Crossick e Serge Jaumain (eds.), *Cathedrals of consumption. The European department store, 1850-1939*, Aldershot, Ashgate, 1999, pp. 3-9.

aumento de impostos (adicional de 6%), eram feitas declarações expressas por alguns dos sócios presentes para que não se «representasse ao rei»³¹.

O afastamento da ideia de crise dos aspectos económicos esteve ainda ligado a um outro percurso divergente quando se comparam os lojistas lisboetas com os de outros países. Efectivamente, um pouco por todas as cidades europeias registava-se um crescimento mais rápido do número de lojas quando comparado com o aumento populacional, facto que estava a criar dificuldades aos lojistas pela tendência para a redução do número médio de clientes por loja³². No caso de Lisboa é provável que um fenómeno semelhante se tenha verificado até ao início da década de 1890, ajudando até a perceber os contornos da crise por que passou o pequeno comércio. Contudo, na década inaugural do século XX a evolução do crescimento comparado entre lojas e habitantes da capital passou a ser favorável aos lojistas que viram aumentar gradualmente a clientela, permitindo, talvez, deste modo esquecer os problemas económicos da década anterior.

O que não esqueceram, muito provavelmente, foram outro tipo de dificuldades e frustrações, como se verá, levando-os à manutenção de uma ideia de insegurança no futuro cada vez mais ligada a factores políticos. Na década de 1890, as actas das assembleias-gerais da ACLL registavam afirmações de sócios que dizendo não querer «discutir a pessoa do rei», acabavam por o responsabilizar pelo agravamento das despesas do Estado e pelo aumento da desconfiança³³. Em 1908, permanecia a noção, agora ainda mais clara, de uma associação entre crise e política, pois havia uma necessária relação entre «a liberdade política e o progresso comercial» e que era à «opressão [ao conservadorismo, à Monarquia] e não à liberdade [ao progresso, à República]» que uma «classe das tais que têm que perder, na frase de João Franco», deveria assacar responsabilidades pelas supostas dificuldades vividas pelo pequeno comércio³⁴.

3.2. A construção de uma imagem identitária entre os lojistas

Os lojistas de Lisboa contavam com uma associação fundada relativamente cedo, no quadro do associativismo comercial europeu, que na

31 ACLL, *Boletim*, n.º 34, Setembro de 1890, p. 1.

32 Era o que acontecia, por exemplo, na Inglaterra, na Bélgica e, em especial, na Alemanha. Cf. Michael J. Winstanley, *The shopkeeper's world...*, pp. 40-41; Serge Jaumain, *Les petits commerçants belges...*, pp. 37-38 e 307-308; Dietrich Denecke e Gareth Shaw, «Traditional retail systems in Germany» in BENSON, John Benson e Gareth Shaw (eds.), *The Evolution of Retail Systems 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press, 1992, pp. 83-84.

33 ACLL, *Boletim*, n.º 45, Agosto de 1891, p. 8.

34 O discurso passava nos jornais republicanos e recebia eco no órgão oficial da ACLL. Cf. *O Mundo*, n.º 2812, 3 de Setembro de 1908; *Vanguarda*, n.º 4183, 4 de Setembro de 1908 e ACLL, *Boletim*, n.º 47, Novembro de 1908, pp. 86-87 (itálico no original).

década de 1890, já com vinte anos de existência e após algumas hesitações iniciais, se transformou numa colectividade relativamente numerosa e suficientemente pujante para se arvorar e ser reconhecida como legítima «representante de quase todo o comércio de Lisboa» perante os poderes públicos e uma parceira em pé de igualdade nas relações com as congéneres ligadas a outros estratos económico-sociais³⁵. A ACLL tinha sido criada em 1870 com o objectivo principal de defender os lojistas da ingerência do Estado naquilo que eles consideravam ser a «mão invisível» que regulava o mercado e garantia a liberdade de comércio³⁶. Esse esforço dos poderes central e local era representado pela crescente pressão fiscal e por uma actividade reguladora cada vez mais intrusiva, pelo menos, na perspectiva dos lojistas. Com o passar do tempo, essa vertente de defesa relativamente passiva foi sendo ampliada e alterada, numa tendência para a qual foi possível reconhecer os primeiros sinais logo no momento da aprovação dos primeiros estatutos, transformando paulatinamente a Associação de Lojistas num grupo de pressão e numa instituição que via na intervenção cívica e na reivindicação quase permanente a melhor forma de defender activamente os interesses da classe e de dar unidade a um grupo social, apesar de tudo, relativamente heterogéneo³⁷.

A atitude mais enérgica na dinâmica associativa que foi possível observar a partir da segunda metade da década de 1880 relaciona-se com uma crescente politização dos seus corpos gerentes, a partir de então controlados por um influente eleitoral progressista, José Pinheiro de Melo, e por um conjunto de sócios ligados ao republicanismo, bem como com o aumento bastante significativo do número de lojistas que começaram a afluir às suas listas de associados e assembleias-gerais (tabela 1). Os dois factores contribuíram para dar maior visibilidade e fornecer uma acrescida legitimidade à ACLL para se constituir, definitivamente, como a voz representativa dos interesses da classe.

³⁵ ACLL, *Relatório de 1891*, p. 39.

³⁶ O conceito de «mão invisível» foi introduzido por Adam Smith, simbolizando uma força que regulava as relações económicas entre os indivíduos e que garantia a liberdade de comércio, uma vez que era entendido que a melhor forma de prosseguir o interesse comum era garantir a liberdade de exercício dos interesses particulares e o funcionamento das regras de oferta e procura. Veja-se *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, (1.ª edição em 1776), Wildside Press, 2008. António Manuel Hespanha, recorre ao mesmo conceito para demonstrar o crescente poder do Estado sobre a sociedade ao longo do século XIX. Veja-se *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*, Coimbra, Almedina, 2004.

³⁷ Em 1870, na assembleia-geral que aprovou os estatutos da ACLL, José Pinheiro de Melo (futuro presidente, entre 1887 e 1910), defendia já o papel da Associação, do associativismo profissional, como «um obstáculo à tirania dos déspotas» e «uma sentinela vigilante da nossa justiça». Cf. *O Popular*, n.º 52, 9 de Agosto de 1870 e *Estatutos da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1870, pp. 36-38.

Tabela 1 – Sócios da ACLL: média 1870-1910³⁸

Anos	Média
1870-1885	250
1886-1889	664
1890-1894	1332
1895-1900	1006
1901-1907	1077
1908-1910	2129

Efectivamente, na passagem da década de 1880 para a seguinte, assistiu-se a uma mutação na ACLL que não se resumiu aos corpos gerentes, pois de uma associação onde estavam presentes, essencialmente, lojistas ligados aos ramos de venda de géneros alimentares, surgiu outra, praticamente renovada, que passaria a partir de então a ser um reflexo da própria distribuição numérica e diversidade profissional dos homens do pequeno comércio da cidade de Lisboa, algo que se manteve, pelo menos, até à implantação da República (gráfico 3)³⁹.

Apesar da transformação associativa e da maior capacidade de intervenção que a mesma veio trazer aos lojistas, apesar da crise económica da década de 1890 e da evolução quantitativa do pequeno comércio lisboeta, estes dois factores, mesmo tendo em conta que podem ser considerados importantes catalisadores, não parecem ser suficientes para só por si gerar, fomentar e manter um percurso de alinhamento político alternativo dos lojistas de Lisboa em relação aos seus congéneres estrangeiros. Nesta perspectiva deve ser destacada a importância do discurso, seja o identitário ou o político, na medida em que através dele foi possível verificar qual o papel na sociedade e na política que os lojistas definiam para si próprios e perceber de que forma é que as conjunturas e decisões políticas de monárquicos e republicanos foram ao encontro ou não do que eram as suas reivindicações, expectativas e ressentimentos.

38 ACLL, *Relatórios de 1870 a 1910* e ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. A lógica de elaboração destes intervalos não foi exclusivamente matemática, resultou essencialmente de uma observação dos vários períodos em que se podiam dividir os primeiros 40 anos de história da ACLL e da importância que cada um deles teve na evolução da ideia de associativismo entre os lojistas de Lisboa.

39 Daniel Alves, «Lisboa em 1908...»

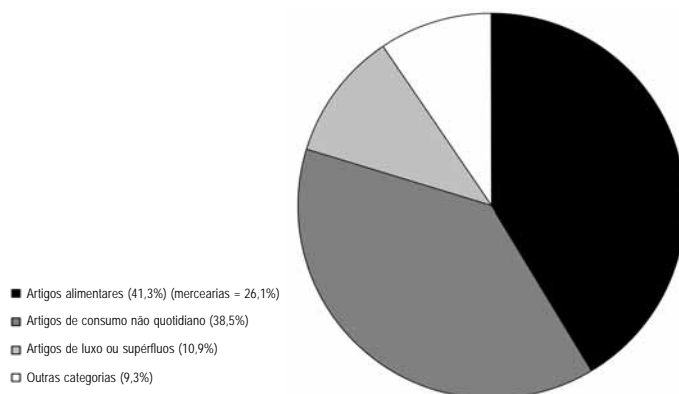


Gráfico 3 – Sócios da ACLL por tipo de negócio – 1894 (%)⁴⁰

Esse discurso revelou lojistas que faziam da liberdade e da independência bem como do pragmatismo, valores centrais da sua vivência material e cívica. Era em torno de uma ampla perspectiva sobre o que significava a liberdade de comércio que giravam uma boa parte das suas reivindicações e protestos. Fosse na contestação ao licenciamento do comércio de retalho imposto pela CML, «questão tão repugnante à liberdade comercial»⁴¹; à regulamentação da sua actividade ao nível do horário de abertura e fecho das lojas, «verdadeiro entrave para o exercício da indústria»⁴²; ou à fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos, que deveriam ser exercidas «sem se praticarem injustiças e causar prejuízos desnecessários»⁴³, os lojistas de Lisboa sempre defenderam que deveriam ser os próprios a auto regular os vários aspectos da vida atrás do balcão. Algo que afirmavam recorrendo como muita frequência a um radicalismo na palavra que, em boa medida, os fez estar sempre perto do lado mais progressista da política, fosse ele representado pelo Partido Reformista no final da década de 1860 e início da de 1870, pelo Partido Progressista de 1876 em diante ou, depois de 1890, pelo Partido Republicano.

Também a questão da independência é essencial para perceber o posicionamento político destes indivíduos e a evolução do mesmo. Os lojistas entendiam a garantia da independência material como um dos principais

40 Total de sócios em 1894 = 1299. Sócios com informação sobre o tipo de negócio = 728 (56%). Os lojistas incluídos no gráfico correspondem ao segundo total. ACLL, *Livro de matrícula dos sócios (1894 a 1918)*. O gráfico foi simplificado, agrupando em várias categorias os diferentes tipos de lojas. Para uma visão mais pormenorizada veja-se a tese de doutoramento do autor.

41 ACLL, *Relatório de 1872*, pp. 4-5.

42 ACLL, *Relatório de 1906*, p. 16-17.

43 ACLL, *Boletim*, n.º 20, Agosto de 1902, p. 1.

objectivos a atingir, tendo em conta o percurso típico que os levava, numa boa parte dos casos, a passar de caixeiros a donos do seu próprio negócio. Nesse sentido, sugeriam aos próprios caixeiros um modo de vida económico e bons hábitos de trabalho no intuito de alcançarem, mais tarde, uma «posição independente»⁴⁴. Quando lá chegavam, os lojistas sentiam ter conquistado algo que os tornava diferentes dos grupos sociais com os quais, apesar de tudo, ainda partilhavam uma parte das suas características. Continuavam a ter de trabalhar eles mesmos nas suas lojas, é certo, mas o facto de deterem também o capital e uma parte da propriedade, mesmo que esta tivesse características muito singulares, assentes na valorização de uma clientela arduamente conquistada, levava-os a diferenciarem-se dos simples trabalhadores e a colocarem-se numa posição de «intermediários» na sociedade e na economia⁴⁵.

Esse reconhecimento permitiu, com uma óbvia ajuda do associativismo e da crescente participação política, até meados da década de 1890, criar uma imagem identitária, gerar um certo grau de unidade entre os indivíduos do pequeno comércio. Independentemente da sua posição económica ou do ramo de negócios, a ideia de que todos, sem diferença de «grandes ou pequenos», eram lojistas, contribuintes e, por isso mesmo, cidadãos, uma «multidão enorme de cidadãos» com direitos, acabou por gerar uma força reivindicativa que ficou bem patente no dinamismo da sua associação e nas, por vezes, radicais campanhas de protesto em que se envolveram entre o final da década de 1880 e 1894⁴⁶. Como lojistas, como parte integrante e, na sua perspectiva, essencial à vida social e económica do país, entendiam que deveriam ter uma palavra a dizer, por vezes, mesmo a última palavra sobre a forma como se organizava e regulava a sua actividade profissional. Neste ponto, os conceitos de liberdade e independência confluíam no sentido de enquadrarem a sua recusa perante a crescente ingerência do Estado e do município nos negócios particulares, no desenvolvimento de um sentimento de repulsa por coisas tão simples como a necessidade de tirar uma licença para manter uma vitrina na loja, ou bem mais complexas, como os monopólios do negócio do gás ou dos tabacos, por exemplo.

Contudo, não era apenas a mera perspectiva material, a mera influência negativa que tais medidas podiam ter no orçamento das lojas, a levá-los ao protesto, mas também uma ideia de que as mesmas constituíam «ataque[s] à liberdade do trabalho» e de comércio, a uma concorrência «benéfica» e

44 *O Lojista*, n.º 34, 30 de Maio de 1892.

45 ACLL, *Boletim*, n.º 63, Fevereiro de 1893, p. 6 (itálico no original).

46 A caracterização como contribuintes e cidadãos era frequente no seu discurso e passava também na imprensa republicana. Cf. *O Lojista*, n.º 64, 8 de Julho de 1893 e n.º 66, 26 de Julho de 1893; ACLL, *Desagravo do commercio de Lisboa...*, pp. 3-7 e 21; ACLL, *Relatório de 1892*, pp. 35-36 e *O Século*, n.º 3675, 24 de Abril de 1892.

«livre» de enviesamentos introduzidos pela intervenção do Estado e pela criação de monopólios⁴⁷.

Por vezes, antes mesmo de lojistas, classificavam-se como contribuintes e também esta ideia serviu de bandeira à criação de uma identidade comum. O que, diga-se de passagem, não era particularmente difícil ao longo da década de 1890, tendo em conta a crescente pressão fiscal gerada pelas crónicas necessidades financeiras dos governos. A cada aumento de impostos, a cada novo tributo ou taxa criada, os lojistas, pela voz da sua associação, colocavam-se na linha da frente da crítica e do protesto. Antes do lançamento dos impostos, os políticos deviam optar pelas «economias», pois eram os «desmandos e desperdícios», mesmo que não especificados, que «escandalizavam (...) os contribuintes»⁴⁸. Com esta reivindicação procuravam, acima de tudo, garantir que os impostos não aumentassem e esta era a principal ideia que ficava da sua noção de justiça fiscal. O outro objectivo era que as contribuições dirigidas ao pequeno comércio tivessem em conta, precisamente, o facto de ser pequeno, em volume de negócios e em lucros. Logo, o que mais radicalizava o seu discurso era o facto de muitos dos aumentos serem genericamente aplicados a todas as actividades, através das percentagens dos adicionais, por exemplo, que não faziam «distinção de pequenos ou grandes»⁴⁹.

3.3. *Os lojistas de Lisboa entre o radicalismo e o republicanismo*

A noção de lojista, baseada na liberdade de comércio e na independência, e a de contribuinte, assente na ideia de justiça e equidade, foram suficientemente mobilizadoras para potenciar o associativismo e determinantes para enquadrar o seu alinhamento político. Nessa medida, foi sem grande surpresa que se observou a aproximação dos lojistas em relação à esquerda monárquica no início da década de 1870, em especial, aos Reformistas, também eles apostando no programa das «economias» como solução para os problemas financeiros do país. No fundo, uma ideia muito próxima do que era a forma dos lojistas gerirem os seus negócios: evitando a todo o custo os

47 Sobre o assunto, apenas a título de exemplo, veja-se ACLL, *Relatório de 1887*, p. 7; ACLL, *Relatório de 1892*, pp. 10 e 20-22; ACLL, *Boletim*, n.º 57, Agosto de 1892, p. 4; ACLL, *Boletim*, n.º 4, Abril de 1905, pp. 27-31; ACLL, *Boletim*, n.º 42, Junho de 1908, pp. 46-47; ACLL, *Relatório de 1908*, pp. 14-17 e ACLL, *Relatório de 1910*, pp. 19-20. Também aqui a sintonia entre lojistas e republicanos era visível. Cf. *O Século*, n.º 3339, 22 de Maio de 1891 ou *Vanguarda*, n.º 4106, 19 de Junho de 1908.

48 Os exemplos deste tipo de discurso são abundantes. Veja-se, por exemplo, ACLL, *Relatório de 1884*, p. 15; ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 95-100; ACLL, *Boletim*, n.º 40, Março de 1891, pp. 4-5 ou ACLL, *Boletim*, n.º 37, Janeiro de 1904, p. 1.

49 Afirmação inserida numa representação da ACLL contra o adicional de 6%, em 1890, logo reproduzida num jornal republicano por interpretar bem «os sentimentos da classe comercial, e cremos bem que do resto da nação». Cf. ACLL, *Relatório de 1890*, pp. 95-100 e *O Século*, n.º 3005, 20 de Junho de 1890.

gastos supérfluos, procurando poupanças nas coisas mais simples, usando de uma mão, ao mesmo tempo, austera e paternalista com aqueles que consi- go trabalhavam atrás do balcão, exigindo dos caixeiros, por exemplo, uma atitude de parcimónia e «modéstia», «cautelosa no gastar»⁵⁰. A identificação com certos sectores da política era mais um reflexo da sua forma de estar na vida, caracterizada por um pragmatismo que dispensava grandes teorias e optava por uma aproximação a todos aqueles que, de alguma forma, se mostrassem solícitos na defesa das suas causas e reivindicações.

Proximidade que era relativamente volátil, pois sempre que sentiam estarem a ser esquecidos por aqueles a quem tinham prestado apoio, sempre que verificavam que as promessas que lhes eram feitas não se cumpriam, colocavam-se com facilidade em oposição aos companheiros do dia anterior. Para eles a política era feita de coisas concretas, acções directas que fossem de encontro à resolução dos seus problemas. Por isso o programa reformis- ta lhes dizia tanto, assim como o programa progressista de 1876 ou, mais tarde, o programa republicano de 1891. Neles viram espelhadas as suas preocupações com a liberdade de trabalho e comércio, o seu desejo de um Estado poupado e não intrusivo, a necessidade de uma reforma fiscal que levasse em conta as particularidades das pequenas empresas, a sua repulsa pelos negócios que criavam obstáculos à concorrência sã entre indivíduos, por fim, o sonho de através da única legislação que, com insistência, pediam ao poder político, a do inquilinato comercial, verem garantida a estabilidade do seu negócio, a propriedade da sua loja.

Nem todas estas perspectivas estavam presentes em todos os programas dos partidos a que, sucessivamente, foram dando o seu apoio, facto que ajuda até a explicar a sua tendência para trazerem o republicanismo para trás do balcão na última década de oitocentos. Depois de terem estado ao lado dos Reformistas e das suas «economias», até meados da década de 1870, depois de aguardarem, em vão, que o Partido Progressista colocasse o seu programa em marcha nas diversas vezes em que passou pelo Governo, depois de verem as suas expectativas ignoradas ou mesmo desvalorizadas pelos Regeneradores, a desilusão com os partidos monárquicos, associada à crise da década de 1890, à ausência de factores concorrenciais que pudessem funcionar como bodes expiatórios para as dificuldades sentidas e à pressão de uma propaganda fortalecida pelas questões patrióticas e pelos momen- tos de tensão relacionados com os impostos, com os monopólios e com a instabilidade governativa, acabariam por lançar o radicalismo dos lojistas nas mãos dos republicanos.

50 ACLL, Boletim, n.º 3, Março de 1888, pp. 3 e 5; n.º 26, Fevereiro de 1903, pp. 1-2.

É preciso, ainda, ter a noção que estes últimos muito fizeram para conquistar para as suas hostes os lojistas, essa parte muito significativa da pequena burguesia urbana que passou a constituir uma das principais, senão mesmo a principal base social de apoio⁵¹. A partir de meados da década de 1880 foram vários os sinais de aproximação entre republicanos e lojistas e essa tendência, é preciso destacá-lo, parece ter ficado definitivamente consolidada, por um lado, com o programa republicano de 1891, onde se encontram de forma clara todas as principais reivindicações dos lojistas, e, por outro lado, com os acontecimentos de meados da década, nomeadamente a dissolução da ACLL em Janeiro de 1894 e a alteração da lei eleitoral por João Franco em Março de 1895.

Neste ponto, será de referir o papel fulcral que a imprensa periódica teve, pois foram raros os momentos em que os jornais ligados ao republicanismo – com destaque para o *Século*, «importantíssimo órgão do jornalismo português»⁵², para o «muito conceituado»⁵³ *Vanguarda*, ou para «o importante diário democrático *O Mundo*»⁵⁴ – não estiveram ao lado dos lojistas nas suas lutas ou incentivando-os a lutar. Em 1890, por exemplo, o *Século* foi o único jornal de Lisboa a publicar uma representação dos lojistas a pedir alterações ao inquilinato comercial⁵⁵. O facto de sentirem que na imprensa republicana tinham um fiel ouvinte e, igualmente, uma poderosa arma de divulgação das suas ideias e iniciativas, terá contribuído para facilitar a identificação política, algo que já tinha acontecido, em parte, com a imprensa reformista e progressista, com particular destaque para o *Diário Popular*.

Assim como os republicanos se mostravam solícitos, os monárquicos pareciam ter cada vez mais dificuldade em enquadrar um radicalismo que resultava da expressão das frustrações e ressentimentos de um grupo social muito dinâmico em termos eleitorais, mas que não via traduzida essa posição e atitude numa mais-valia socioeconómica e política⁵⁶. No auge de uma campanha que opunha as associações comerciais de Lisboa ao governo Regenerador, o *Diário Ilustrado* classificava a ACLL como aquela que «deita sempre a barra adiante em chinfrinadas associativas»⁵⁷. Até à década de 1890,

51 Lia Armandina Sá Paulo Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, dissertação de mestrado policopiada, 2003, p. 41.

52 ACLL, *Boletim*, n.º 41, Maio de 1908, p. 37 ou n.º 23, Novembro de 1906, p. 83 e n.º 29, Maio de 1907, p. 43.

53 ACLL, *Boletim*, n.º 13, Janeiro de 1906, p. 4; n.º 18, Junho de 1906, p. 42 e n.º 28, Abril de 1907, p. 29, por exemplo.

54 ACLL, *Boletim*, n.º 46, Outubro de 1908, p. 80 e n.º 47, Novembro de 1908, p. 86.

55 *O Século*, n.º 2974, 20 de Maio de 1890.

56 Numa análise à sua participação eleitoral, observadas 7 eleições para deputados, entre 1878 e 1906, verificou-se que os lojistas votantes ultrapassavam normalmente os 70% (mais de 80% entre 1890 e 1894), tendência que só se inverteu em 1895 (15% de votantes), para voltar a recuperar os valores normais (cerca de 72%) na segunda metade da década seguinte. Cf. Arquivo Histórico Parlamentar, *Assembleias Eleitorais Monárquicas*, já citado atrás.

57 *Diário Ilustrado*, n.º 7491, 31 de Janeiro de 1894.

se os lojistas ainda eram tidos em conta nos jogos eleitorais ou como elementos de pressão sempre que um dos partidos rotativos estava na oposição, eles pouco pareciam contar depois de passado o momento do voto. Essa foi, pelo menos, a percepção que os homens do pequeno comércio foram construindo, também ela contribuindo para que, na altura em que estavam com maiores dificuldades, se sentissem tentados em apontar esses políticos e a Monarquia, como os principais responsáveis pela sua situação.

À medida que crescia a identificação com o republicanismo, para além de continuarem a ser ignoradas as suas expectativas e reivindicações, os lojistas passaram, já na década de 1890, a contar com a desconfiança e, por vezes, a hostilidade dos Regeneradores e viram manter ou, em alguns casos, até crescer as hesitações dos Progressistas no que diz respeito às medidas concretas que poderiam ter influência no seu dia-a-dia: os impostos e o inquilinato comercial, questões sempre prometidas e constantemente adiadadas. Em 1890, enquanto os republicanos os mobilizavam para o protesto patriótico, os regeneradores aumentavam-lhes os impostos e os progressistas não os combatiam verdadeiramente; em 1891-92, enquanto os republicanos falavam das dificuldades e das falências, os políticos da esquerda monárquica acenavam com propostas, nunca concretizadas, de resolução do problema do inquilinato, não combatiam os monopólios que faziam crescer os custos de manutenção das lojas em altura de crise, como era o do gás, e até os insultavam com referências a lucros elevados, à falsificação de géneros e à necessidade de controlar os preços; em 1893-94, enquanto os republicanos patrocinavam os seus protestos em relação à política fiscal e à intrusão da administração na liberdade de comércio, os regeneradores aumentavam novamente os impostos e dissolviam a sua associação, com o silêncio, cada vez mais ensurdecedor, dos progressistas; em 1894-95, enquanto os lojistas não viam qualquer problema em dar o seu apoio eleitoral aos republicanos, João Franco diminuía significativamente a sua capacidade de participação política através de um controlo mais apertado sobre os recenseamentos.

Por um lado, os lojistas verificavam que os valores a que davam importância estavam a ser postos em causa e que as políticas que exigiam, relativamente ao combate aos monopólios, à descida de impostos e a resolução do problema do inquilinato comercial, eram ignoradas pelos monárquicos. Por outro lado, recebiam dos republicanos todas as atenções, reconheciam no seu programa a maioria senão todas as suas aspirações. Para homens que deviam a sua posição ao esforço individual, à capacidade de trabalho, que se tinham elevado da condição dependente e submissa de caixeiros, que faziam do pragmatismo um modo de estar na vida, a conclusão, o caminho a seguir parecia ser óbvio. Para mais, quando, por falta de dinamismo de movimento socialista, não viam, ao contrário dos seus colegas estrangeiros,

nenhum perigo em aproximarem-se ainda mais da esquerda onde previam, muito provavelmente, que poderiam manter ou até reforçar o protagonismo político reprimido com a legislação de Franco em 1895.

4. Conclusão

A dinâmica política parece ser, assim, a última explicação, na perspectiva tripartida desenvolvida aqui, para a adesão em massa dos lojistas ao republicanismo, representando a década de 1890, sem dúvida, a altura em que esse movimento se tornou irreversível. É certo que os anos da transição do século foram de refluxo republicano, provavelmente, também ele relacionado com o próprio refluxo do pequeno comércio, afectado pela crise e pela dissolução da sua associação, por um lado, e pela maior dificuldade em participar activamente nas eleições, por outro. Igualmente certo é que quando o republicanismo pareceu renascer das cinzas nos primeiros anos da nova centúria, isso terá, em boa parte, ficado a dever-se às conquistas que tinha feito na década anterior por entre o pequeno comércio lisboeta.

Afirmar isto, é preciso ter consciência, pode equivaler a colocar em causa algumas das interpretações clássicas sobre a cronologia do movimento republicano na primeira década de novecentos ou sobre a importância do governo de João Franco de 1906-1908 para o mesmo. Nesse sentido, é preciso fazer uma distinção clara entre o que era o republicanismo dos lojistas e o que vai ser uma atitude revolucionária. Na década de 1890 os lojistas descobriram ou ajudaram até a elaborar aquilo que parecia ser, para eles, o programa ideal de governo para uma sociedade e uma economia mais livres, para uma política mais honesta, para um Estado mais liberal. Já é discutível que se possa afirmar que esta visão implicava automaticamente um comprometimento com a revolução. Esse, efectivamente, só parece ter chegado em 1908, depois de João Franco e do regicídio.

Pelo caminho reforçaram-se as tendências geradas entre 1890 e 1894. Com o regresso, em 1897, das associações que tinham sido dissolvidas pelo governo regenerador, parece ter regressado igualmente a propaganda republicana e com ela a luta dos lojistas contra os impostos, pela reforma do regime de inquilinato e, agora, também pelo alargamento do sufrágio. Ao mesmo tempo, continuou a desilusão com os políticos monárquicos. Prosseguiram as tentativas de aumento de impostos, por contraponto à ausência de medidas sobre o arrendamento das lojas ou o direito de voto, tanto por parte de regeneradores como de progressistas, cada vez mais preocupados com a contenção das suas dissensões internas. Para além disso, o papel de claro apoio à dinamização da propaganda levado a cabo pela ACLL restaurada, cujas

salas seriam rotuladas de «revolucionárias»⁵⁸, em 1908, acabou por ajudar à divulgação da ideia republicana entre os lojistas e à consolidação da sua perspectiva de que de um governo conservador, que cerceava as liberdades, entre elas a de comércio, só poderia resultar um clima de insegurança no futuro prejudicial ao consumo e aos negócios.

Para os lojistas, a experiência do governo de João Franco mais não terá representado do que a confirmação desta ideia, pois não só regressava ao poder quem os tinha ofendido em 1894 com a dissolução da ACLL, como continuava, apesar das operações de charme que vinha a realizar desde 1903, a ignorar aquilo que efectivamente preocupava estes homens: a sua capacidade de gerir livremente o seu negócio, sem imposição de horários ou de dias de descanso, e a sua necessidade de garantir a estabilidade do mesmo, através de uma pressão fiscal aliviada e de uma reforma na lei do inquilinato que levasse em conta as necessidades dos lojistas.

Quando tudo isto foi contrariado, ou não foi satisfatoriamente concedido por João Franco, quando a propaganda republicana ajudou a criar a imagem da ditadura, o caminho rumo à revolução parecia traçado e ele ficou simbolizado, um pouco depois, na reacção que os lojistas e a ACLL tiveram perante a polémica das armas do regicídio, convertendo a defesa do armeiro Heitor Ferreira num momento de propaganda republicana⁵⁹. O pragmatismo dos lojistas exigia medidas mais drásticas, impunha agora a mudança de regime, para a qual terão contribuído a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, os seus sócios e uma parte significativa dos membros da classe.

58 Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, 2.ª edição, Porto, 1908, p. 616. Referência que seria alvo de um penhoradíssimo agradecimento no *Boletim da ACLL*. Cf. ACLL, *Boletim*, n.º 38, Fevereiro de 1908, pp. 12-13.

59 «*As Armas, As Armas!*... Os lojistas de Lisboa perante o Regicídio», comunicação apresentada no *Colóquio Internacional O Regicídio 1908-2008*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, União das Associações de Comércio e Serviços, 8 e 9 de Fevereiro, 2008 (no prelo).